


## **O IMPACTO DA HERANÇA DA RAINHA DE ESPANHA D. MARIA BÁRBARA DE BRAGANÇA (1711-1758) NAS JOIAS DA CASA REAL PORTUGUESA.<sup>1</sup>**

João Júlio Rumsey Teixeira  
(IHA / NOVA FCSH)

[joaoteixeira@fcs.unl.pt](mailto:joaoteixeira@fcs.unl.pt)

 <https://orcid.org/0000-0002-4575-2949>

### **RESUMO**

A rainha de Espanha D. Maria Bárbara de Bragança era irmã dos reis de Portugal D. José e D. Pedro III. A partir do trono espanhol testemunhou a devastação do terramoto de Lisboa em 1755, que a terá angustiado sobre os destinos da sua família de origem. Cinco meses depois da catástrofe, lavrou o seu testamento fazendo generosíssimos legados em joias à geração mais nova da família real portuguesa e, sobretudo, ao irmão mais novo que tornou seu herdeiro universal. Desta forma, o infante D. Pedro, futuro rei D. Pedro III de Portugal, herdou um conjunto de joalharia a todos os títulos notável. Igualmente excecional é o facto de, ainda hoje, se conservarem quatro joias de grande qualidade, provenientes da herança de D. Maria Bárbara, no espólio de joalharia da antiga Coroa portuguesa, agora expostas no Museu do Tesouro Real, em Lisboa.

**PALAVRAS-CHAVE:** história da joalharia; joias reais portuguesas; joias reais espanholas; Bárbara de Bragança; palácio nacional da Ajuda.

## **IMPACTS OF THE INHERITANCE OF THE QUEEN OF SPAIN MARIA BÁRBARA OF BRAGANZA (1711-1758) ON THE JEWELS OF THE PORTUGUESE ROYAL HOUSE<sup>2</sup>**

### **ABSTRACT**

The queen of Spain Maria Bárbara of Bragança was sister of two Portuguese kings, José and Pedro III. From the Spanish throne she witnessed the devastation of the Lisbon earthquake of 1755, which would have worried her about the future of her family of origin. Five months after the catastrophe she drew up her will, making very generous jewellery bequests to the younger generation of the Portuguese royal family

---

<sup>1</sup> Este estudo faz parte da investigação financiada pela bolsa de doutoramento 2021.04880.BD da Fundação para a Ciência e Tecnologia Portuguesa(FCT).

<sup>2</sup> This article is part of the research financed by the doctoral scholarship 2021.04880.BD granted by the Portuguese Foundation for science and technology (FCT).

and, above all, to the younger brother who became her universal heir. In this way, infante Pedro, future consort king of Portugal, Pedro III, inherited a remarkable collection of jewellery. Equally exceptional is the fact that four magnificent jewels once part of the inheritance of Maria Bárbara were preserved at the Portuguese crown jewels and reached our days. They are now on display at the Royal Treasure Museum in Lisbon.

KEY WORDS: jewellery history; Portuguese royal jewels; Spanish royal jewels; Barbara of Braganza; Ajuda palace.

\*\*\*

## 1. INTRODUÇÃO

O terramoto, maremoto e incêndio do dia 1º de novembro de 1755 arrasaram Lisboa, destruindo o multissecular complexo real da Ribeira e, com ele, o tesouro da família real portuguesa, entre os quais se incluíram os acervos de joalheria do rei D. José (1714-1777), da rainha D. Mariana Vitória de Bourbon (1718-1781) e das suas quatro filhas: D. Maria Francisca Isabel (1734-1816), futura rainha D. Maria I; D. Maria Ana Francisca Josefa (1736-1813); D. Maria Francisca Doroteia (1739-1771) e D. Maria Francisca Benedita (1746-1829). A estes acervos somavam-se ainda as joias pertencentes à Coroa e o espólio da recém-defunta rainha-mãe D. Maria Ana de Áustria (1683-1754), pelo menos em parte ainda por partilhar e cujo inventário<sup>3</sup> impressiona pela magnificência. Desta forma, fica claro que os guarda-joias da família real portuguesa sofreram um revés sem paralelo nesse ano de 1755.

Como em seguida veremos, menos de dez anos depois da catástrofe, a normalidade estava restabelecida nas joias reais portuguesas de forma admirável. Por um lado, em 1760, foi criado o fundo diamantífero da Coroa, conhecido como «Reserva em Segredo»<sup>4</sup>, que colocou sob administração do rei de Portugal mais de 240.000 quilates de diamantes em bruto com o intuito de servir de suporte ao monopólio do comércio de diamantes brasileiros, propósito principal que, no entanto, não impediu que deste fundo fossem retirados inúmeros quilates de diamantes para a criação de joias para a família real<sup>5</sup>. Por outro lado, entre dezembro de 1761 e março

---

<sup>3</sup> *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. VI, (Gav. XVI-XVII, Maços 1-3). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (C.E.H.U.), 1967, 257-325.

<sup>4</sup> João Júlio Rumsey Teixeira. “Diamantes da Coroa Portuguesa: da *Reserva de Segredo* às Estrelas de D. Maria Pia”, em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023); e João Júlio Rumsey Teixeira. “A Consolidação do monopólio dos diamantes brasileiros como pilar da joalheria real portuguesa no período mariano”, em *Revista de História* (Universidade de São Paulo, no prelo).

<sup>5</sup> Ao longo da segunda metade do século XVIII e todo o século XIX, o fundo diamantífero da Coroa serviu sistematicamente de fornecedor de diamantes para a execução de joias. Esse é um dos temas especialmente aprofundados na investigação de doutoramento de que faz parte este artigo. Sobre o tema, veja-se ainda: Rumsey Teixeira, “Diamantes da Coroa”; Rumsey Teixeira “A consolidação”; e Teresa

de 1762<sup>6</sup>, a entrega do que coube à família real portuguesa na herança da rainha de Espanha, D. Maria Bárbara de Bragança, irmã dos reis de Portugal D. José I (r. 1750-1777) e D. Pedro III (r. 1777-1786), teve um impacto de tal forma importante nos cofres de joalharia da corte lusa que ainda hoje subsistem, nas coleções públicas portuguesas, quatro joias magníficas provenientes desta herança, hoje expostas Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda (MTR).

## 2. D. PEDRO [III] DE PORTUGAL, HERDEIRO UNIVERSAL DE D. MARIA BÁRBARA

Sem descendência do seu casamento com o rei Fernando VI de Espanha (1713-1759), celebrado na primeira *troca das princesas*<sup>7</sup>, em 1729, a irmã do futuro rei D. Pedro III de Portugal nomeou-o seu herdeiro universal.<sup>8</sup> A coleção de joias que D. Maria Bárbara deixou à data da sua morte era, a todos os níveis, assombrosa e foi, maioritariamente, dividida pela sua família portuguesa<sup>9</sup>. Uma visão do recheio do cofre do quarto de D. Pedro no início de 1765, descrito num inventário realizado a 12 de janeiro desse ano<sup>10</sup>, cruzado com as descrições apresentadas por Amelia Aranda Huete e a breve lista elaborada pelo embaixador português em Madrid, D. José da Silva Pessanha (1717-1775), em março de 1762<sup>11</sup>, permite observar uma série de coincidências nas peças descritas.

---

Maranhas. “Diadema e colar de estrelas”, em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023).

<sup>6</sup> Amelia Aranda Huete. “Las joyas de Fernando VI y Bárbara de Braganza”, em *Estudios de Platería. San Eloy 2006*, ed. Jesús Francisco Rivas Carmona (Universidad de Murcia, 2006), 21-44 DOI: 10.6018/editum.1367; e ANTT, CR, cx. 5140: *Memória das Joias que vão para Portugal, segundo a ordem como foram inventariadas*.

<sup>7</sup> Durante o século XVIII tiveram lugar duas cerimónias de *troca de princesas* entre Portugal e Espanha: a primeira em 1729, referente ao duplo casamento do futuro rei D. José I de Portugal (1714-1777) com D. Mariana Vitória de Bourbon (1718-1781) e, no sentido inverso, do futuro rei Fernando VI (1713-1759) com D. Maria Bárbara de Bragança (1711-1758); a segunda em 1785, referente ao casamento do futuro rei D. João VI (1767-1826) com D. Carlota Joaquina de Bourbon (1775-1830) e, no sentido inverso, do infante D. Gabriel de Bourbon (1752-1788) com a infanta D. Maria Ana Vitória de Bragança (1768-1788).

<sup>8</sup> Aranda Huete, “Las joyas”, 44.

<sup>9</sup> *Ibidem*, 21-44; Gonçalves de Vasconcelos e Sousa. *A joalharia em Portugal 1750-1825* (Porto: Civilização, 1999), 124; e Isabel Silveira Godinho (ed.). *Tesouros Reais* (Lisboa: IPPC, 1992), 44 e 52.

<sup>10</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, manuscritos, 22, 3, 25 – *Inventário das Joias que S.A. que Deus guarde tem em uma caixa de ferro no seu quarto*. Este inventário data de 12 de janeiro de 1765 e conta com apontamentos posteriores sobre ofertas e transformações de algumas das peças descritas. Encontra-se transcrito em Isabel M. Drumond Braga e Paulo Drumond Braga. “As jóias de D. Pedro e D. Maria, Príncipes do Brasil em 1765: cor, brilho e exotismo na Corte”, em *Rumos e Escrita da História: Estudos e Homenagem a A. A. Marques de Almeida*. (Lisboa: Colibri, 2006), 287-309. Os autores assumiram que as joias descritas no documento que transcreveram pertenciam aos dois príncipes do Brasil, D. Pedro e D. Maria, o que não corresponde à verdade. O inventário de 1765 refere-se a joias que eram propriedade de D. Pedro, ainda que fossem usadas, a título de empréstimo, por D. Maria I. As joias que eram propriedade da princesa-herdeira D. Maria, foram descritas um ano depois, encontrando-se o seu inventário igualmente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, manuscritos, I-15, 1, 67 – *Inventário das Joias da Princesa N. Sr.ª feito em 14 de Janeiro de 1766*.

<sup>11</sup> ANTT, CR, cx. 5140 – *Memória das Joias que vão para Portugal, segundo a ordem como foram inventariadas*.

Por exemplo, um pequeno núcleo de joias representando motivos chineses, ou *chinoiserías*, consta tanto do inventário realizado em Espanha, como do recheio do cofre de D. Pedro, e do qual destacamos uma peça decorada com as figuras de «una mujer china y [...] un muchacho que le da sombra con un quitasol»<sup>12</sup> que em tudo corresponde à descrição feita em Portugal: «uma figura à chinesa com chapéu de sol e uma criança pega no chapéu, de brilhantes, rubis e esmeraldas»<sup>13</sup>. Várias outras descrições coincidem na figuração das peças, como uma joia que figurava «uns pórticos de palácios antigos com um leão à porta principal, com cinco pingentes de rubis»<sup>14</sup>, descrita por Aranda Huete como «una piocha adornada con la figura de un león y en la parte baja, una serie de arcos en disminución, guarnecidos con rubíes y esmeraldas»<sup>15</sup>; ou outra, muito curiosa, «representando un molino de viento, cuyas aspas se movían al darlas cuerda, toda de diamantes, esmeraldas y rubíes»<sup>16</sup>, descrita pelo embaixador Pessanha como «piocha de um moinho de vento»<sup>17</sup> e, já em Lisboa, em 1765, como «um moinho de vento com rubis e esmeraldas e outras várias pedras»<sup>18</sup>.

D. Maria Bárbara parece ter tido uma especial predileção por diamantes coloridos, sendo uma das suas joias mais sumptuosas com estas pedras um ramo para peitilho que deixou à imagem da N.ª S.ª da Madre Deus do convento de Xabregas, em Lisboa<sup>19</sup>. Num dos seus últimos retratos, a rainha enverga um *devant-corsage* em forma de ramo de flores cravejado com gemas de delicadas cores, que me atrevo propor como hipótese para a joia legada à Madre Deus (fig. 1). Das joias com diamantes coloridos, D. Pedro terá herdado várias, entre as quais um valioso anel cravejado com «um diamante grande cor-de-rosa desmaiada»<sup>20</sup>, descrito pelo embaixador em Madrid como «um anel de um diamante cor-de-rosa»<sup>21</sup>.

De entre as joias herdadas por D. Pedro consta «un zafiro grande ovalado guarnecido de diamantes brillantes, destacando cuatro más grandes», descrição seguida por outra de uma joia idêntica, mas mais pequena, e ainda por «otros seis [zafiros] más pequeños com la misma guarnición [de brillantes]»<sup>22</sup>. Estas peças constam na mencionada lista escrita pelo embaixador D. José Pessanha, referente às joias de D. Maria Bárbara enviadas para Portugal em 1762<sup>23</sup>. Já pelo inventário do cofre de D. Pedro, ficamos a saber que, três anos depois, já em Lisboa, todas teriam sido integradas num adereço maior de safiras que se compunha de: «uma safira muito grande e sete mais piquenas, para as porem na cabeça, e mais dez [safiras] mais piquenas cravejadas com seus engastes, que serviam de gargantilha»<sup>24</sup>. Tal como declarado diversas vezes

<sup>12</sup> Aranda Huete, “Las joyas”, 38.

<sup>13</sup> Braga e Braga, “As jóias”, 305 (n.º 32).

<sup>14</sup> *Ibidem*, 305, s/n.

<sup>15</sup> Aranda Huete, “Las joyas”, 38.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> ANTT, CR, cx. 5140 – *Memória das Joias [...]*, verba 45.

<sup>18</sup> Braga e Braga, “As jóias”, 305, s/n.

<sup>19</sup> Aranda Huete, “Las joyas”, 31. Não foi possível encontrar informação sobre o destino desta joia.

<sup>20</sup> Braga e Braga, “As jóias”, 307 (n.º 61).

<sup>21</sup> ANTT, CR, cx. 5140 – *Memória das Joias [...]*, verba 100.

<sup>22</sup> Aranda Huete, “Las joyas”, 41.

<sup>23</sup> ANTT, CR, cx. 5140 – *Memória das Joias [...]*, verbas n.º 76, 77 e 78.

<sup>24</sup> Braga e Braga, “As jóias”, 305 (n.º 22).

pelo relator do inventário de D. Pedro, as joias do então príncipe do Brasil, guardadas no seu quarto no paço de madeira da Ajuda, conhecida como Real Barraca<sup>25</sup>, eram usadas regularmente pela sua mulher, a futura rainha D. Maria I, abrindo mesmo o rol do conteúdo do cofre da seguinte forma: «Primeiramente as que mais usa a Princesa N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup>»<sup>26</sup>. Por esta razão, não é de estranhar encontrarmos D. Maria representada a envergar joias que eram propriedade de D. Pedro, entre as quais a grande safira azul oval (fig. 2).

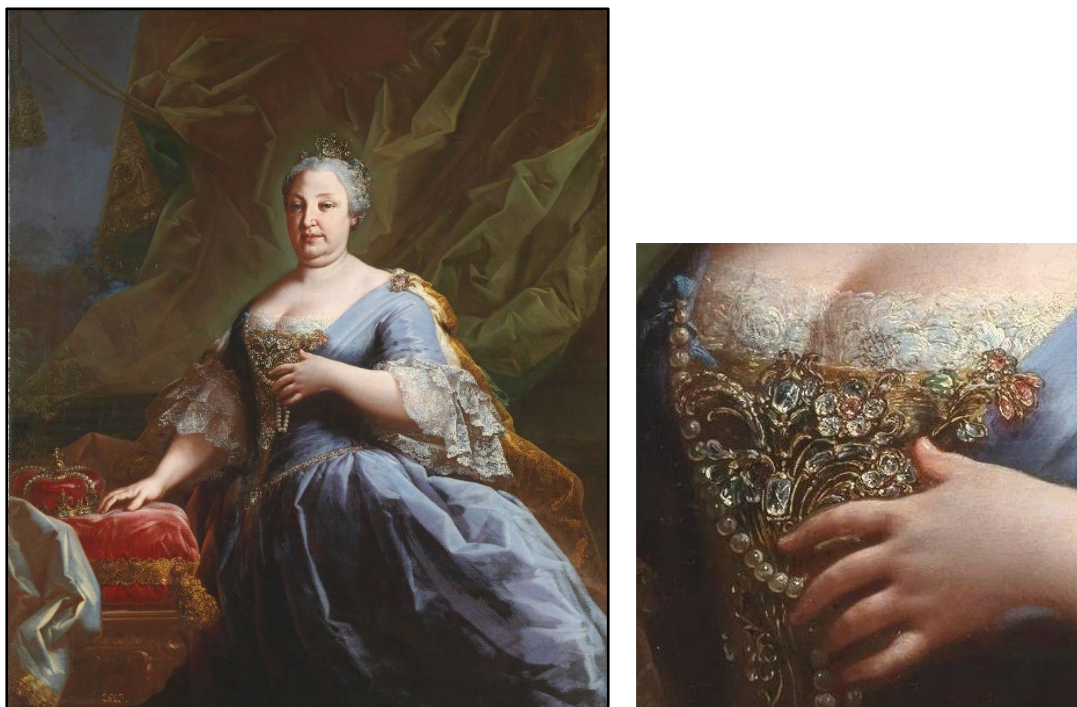


Figura 1. Anônimo espanhol, *Retrato de D. Maria Bárbara de Bragança, rainha de Espanha*, meados do século XVIII. Óleo sobre tela. Museu do Prado, Madrid, inv. P-4730.

© Wikipedia

### 3. 300 ANOS DE UMA SAFIRA REAL

A grande safira oval rodeada por diamantes em talhe brilhante, quatro dos quais maiores, colocados nos pontos cardeais, conserva-se hoje no MTR (fig. 3), sendo o seu percurso secular na esfera das casas reais ibéricas e, depois, conservada pelo regime republicano português, um exemplo atípico de uma joia cujo paradeiro não se perdeu nas voltas da história. Como vimos, a peça foi herdada em 1762 pelo infante D. Pedro, futuro rei D. Pedro III de Portugal, irmão mais novo da rainha D. Maria

<sup>25</sup> Depois do terramoto de 1755 e da destruição do complexo real da Ribeira, a família real instalou-se na colina da Ajuda num paço improvisado construído em madeira que, com os anos, ficou conhecido como «paço de madeira» ou «real barraca». Em novembro de 1794 a real barraca foi destruída por um incêndio, tendo espoletado o processo de construção do atual palácio da Ajuda.

<sup>26</sup> Braga e Braga, “As jóias”, 302.



Bárbara de Espanha. Por morte de D. Pedro III, em 1786, a herança do rei consorte foi dividida entre a viúva, a rainha D. Maria I, que recebeu metade; o seu filho mais novo, o futuro rei D. João VI (1767-1826), que recebeu um quarto; e a viúva do seu filho mais velho<sup>27</sup>, D. Maria Francisca Benedita (1746-1829), que recebeu o restante quarto do património. Na sequência deste processo, que se arrastou até 1791<sup>28</sup>, D. Maria Francisca Benedita herdou várias joias de D. Pedro, entre as quais a grande safira oval rodeada por diamantes, cuja utilização como prego de cabelo não foi alterada pela pequena intervenção nela realizada por Adão Pollet<sup>29</sup> (c.1720-1785) em 1784<sup>30</sup>.

Após a morte sem descendência de D. Maria Francisca Benedita e por vontade expressa no testamento, as suas joias foram vendidas para financiar a obra em que empenhou grande parte da vida: o asilo militar de Runa, em Torres Vedras. O processo desta partilha decorreu entre 1829 e 1830, durante o breve reinado de D. Miguel (1802-1866), tendo a venda das joias ocorrido em circuito fechado, acabando a maior parte adquiridas pela Casa do Infantado; uma outra parte, mais pequena e composta sobretudo por pérolas, foi comprada pelo próprio rei, a título pessoal; e um último lote adquirido pela infanta D. Isabel Maria (1801-1876), irmã de D. Miguel, regente de Portugal entre 1826 e 1828 e que tinha mantido uma relação muito próxima com a tia D. Maria Francisca Benedita<sup>31</sup>. O lote comprado pela infanta-regente D. Isabel Maria compreendia várias joias, entre as quais «uma peça para o peito em forma ovada, com uma grande safira no meio, circulada de brilhantes, [e] dois pingentes muito grandes

<sup>27</sup> D. José de Bragança (1761-1788), primogénito de D. Maria I e D. Pedro III e presumível herdeiro do trono português até à data da sua morte, de varíola, em 1788. Casou, em 1777, com a sua tia D. Maria Francisca Benedita, casamento de que não houve descendência.

<sup>28</sup> ANTT, Casa do Infantado (PT/TT/CI/D-E/002/1381/1) – Documentos vários da administração da quinta da Queluz, fls. 256 a 290. A localização deste importante documento deve-se à diligência do Doutor Hugo Xavier que, generosamente, comigo a partilhou.

<sup>29</sup> Adão Gottlieb Pollet, de origem Polaca, foi o principal joalheiro a trabalhar para D. Maria I e D. Pedro III. Vd. Isabel Mayer Godinho Mendonça. “Os Pollet, uma Dinastia de joalheiros ao Serviço da Casa Real Portuguesa” em *Actas do III Colóquio Português de Ourivesaria*, ed. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (Porto: Universidade Católica Editora, 2012), 75-112.

<sup>30</sup> Um recibo datado de maio de 1784, de Adão Pollet, refere uma intervenção na peça com a grande safira oval, contudo, contrariamente ao que tem sido assumido, Pollet não terá sido o responsável pela execução da armação desta joia. Tal parece manifesto pelo facto de, em 1762, estar já guarnecida de diamantes brilhantes, quatro dos quais maiores, forma com que hoje permanece, e por, já em 1765, estar já a ser usada como peça de cabeça (a autoria foi atribuída pela primeira vez em Godinho, *Tesouros Reais*, 62; posteriormente dada como certa em Rui Guedes e Nuno Vassallo e Silva. *Joalheria Portuguesa* (Lisboa: Bertrand, 1995), 126; e, por consequência, assumida por toda a literatura posterior).

Aquilo por que Pollet cobrou um irrelevante valor (6\$400rs) foi uma pequena intervenção que, através leitura do telegráfico recibo, se deduz que possa ter sido uma alteração no espigão e a cravação de 2,50 quilates de pequenos diamantes (no remate do espigão?), altura em que poderão, ainda, ter sido colocadas as argolas de suspensão e foi feito um novo estojo para guardar a joia (*Boletim da Academia Nacional de Belas Artes – Documentos*, vol. V, (Lisboa: ANBA, 1948), doc. XXII).

<sup>31</sup> Alice Lázaro. *O Testamento da Princesa do Brasil D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)* (Lisboa: Tribuna da História, 2008); João Júlio Rumsey Teixeira. “Safiras de Benedita?”, em *L+arte*, n.º75, setembro de 2010 (Lisboa: Entusiasmo Media), p.12; e João Júlio Rumsey Teixeira. “Pingentes de Safira?”, em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023).

de uma safira cada um, com engastes de brilhantes miúdos»<sup>32</sup>. Desta forma, até à morte de D. Isabel Maria, em 1876, a grande safira foi sua propriedade pessoal, tendo permanecido junto com os dois pingentes já mencionados na herança de D. Maria Francisca Benedita e aos quais adiante faremos nova referência.



Figura 2. Anônimo, *Retrato de D. Maria I. Portugal*, c. 1777-1786. Óleo sobre tela. Museu Nacional de Arte Antiga em depósito no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Cortesia do MNAA e do MNE. © autor

A sucessão de D. Isabel Maria, conhecida por todos como a infanta-regente, foi controversa, tendo esta nomeado como herdeiros universais os padres ingleses do colégio de S. Pedro e S. Paulo, em Lisboa. Nos anos subsequentes à morte da infanta-regente, os herdeiros terão dispersado, pelo menos, parte do vasto património herdado, entre o qual a grande safira oval e os dois pingentes de safira que, em 1879, o então rei D. Luís (1838-1889) mandou comprar para incorporarem o património da coroa, expressamente por serem «joias de família»<sup>33</sup>. Esta foi a última adição de joias ao património da coroa, tendo custado as três safiras quatro contos e quinhentos mil reis (4.500\$000rs) (fig.4). Desde então, as joias foram usadas pelas rainhas portuguesas até ao fim do regime monárquico em 1910 e, depois da implantação da república,

<sup>32</sup> Lázaro, *O Testamento*, 110.

<sup>33</sup> APNA, *Inventário de 1842-1844*, fl. 38v.; e Rumsey Teixeira, “Pingentes de Safira”, 2023.

permaneceram entre o património da antiga coroa que integrou o património do Estado.



Figura 3. Medalhão com grande safira oval (originalmente com 110,30ct, repolida em 1950, pesando hoje 100,05ct) emoldurada por diamantes em talhe de brilhante, quatro dos quais maiores. Espanha, meados dos séc. XVIII, originalmente um alfinete de cabelo, foi transformada em pendente no século XIX. Palácio Nacional da Ajuda, inv. 4782. © Direita: Luísa Oliveira DGPC/ADF; esquerda: autor.



Figura 4. Conjunto de medalhão e dois pingentes, em safiras e diamantes, adquirido pela Coroa portuguesa aos herdeiros da infanta-regente D. Isabel Maria em 1879. Palácio Nacional da Ajuda, inv. 4782 a 4782C. © autor



Antes de passar aos restantes impactos da herança de D. Maria Bárbara nas joias reais portuguesas – entre os quais a identificação da possível origem dos dois pingentes de safira anteriormente mencionados – importa levantar uma hipótese de proveniência ainda mais recuada para a safira oval maior, bem como do conjunto de oito que originalmente fazia parte no espólio de D. Maria Bárbara (1711-1758). Aquando da primeira troca de princesas, em 1729, reinava em Espanha Filipe V (1683-1746), pai do noivo de D. Maria Bárbara – o futuro rei Fernando VI (1713-1759). Filipe V estava nessa altura casado com a sua segunda mulher, Isabel Farnésio, princesa de Parma (1692-1766), com quem havia casado na véspera de Natal de 1714, depois da morte, dez meses antes, de Maria Luísa de Sabóia (1688-1714), mãe do noivo de D. Maria Bárbara. Atendendo às joias representadas num dos mais conhecidos retratos de Isabel de Farnésio, pintado por Jean Ranc em 1723 (fig.5), bem como à descrição das joias no acervo desta rainha,<sup>34</sup> afigura-se muito possível que este conjunto de oito grandes safiras tenha sido apresentado pela então rainha de Espanha à mulher do seu enteado e futura rainha – fosse por ocasião do seu casamento, ou posteriormente.

No quadro de Ranc, Isabel de Farnésio exibe um *devant-corsage* composto por três peças de tamanho decrescente, cravejadas ao centro com quatro grandes safiras alongadas. Além destas, a rainha de Espanha exibe duas joias nas mangas cravejadas ao centro, cada uma, com uma safira ovalada. Este conjunto é completado por mais duas safiras circundadas por diamantes na junção do corpete com a saia e por um riquíssimo cinto de diamantes e safiras. Desta forma, e não contando como o cinto, o adereço formado pelo *devant-corsage*, joias das mangas e da saia ostenta oito safiras que parecem encaixar na descrição das que, quase quatro décadas depois, encontramos descritas na herança de D. Maria Bárbara.

#### 4. JOIAS PARA AS SOBRINHAS

O lote que foi herdado por D. Pedro não correspondia ao cúmulo de todas as joias de D. Maria Bárbara, muito pelo contrário. No seu testamento, a rainha de Espanha dispôs de inúmeras peças, algumas especialmente importantes, destinadas ao marido, a vários outros familiares e servidores, bem ainda como legados pios. Destes, interessam-nos aqueles que tiveram como destino a sua família de origem, os Bragança. Resumindo, ao rei de Portugal, D. José, seu irmão, deixou um par de anéis, cada um com um diamante talhe brilhante; à rainha D. Mariana Vitória (1718-1781), irmã do seu marido e mulher do seu irmão, um relógio de brilhantes<sup>35</sup>; já às quatro filhas destes, suas sobrinhas, legou importantes *parures*. As quatro irmãs receberam, cada uma, um adereço muito completo, diferentes entre si no tipo de gemas: diamantes para D. Maria I, esmeraldas para D. Maria Ana Josefa, rubis para D. Maria Francisca Doroteia e safiras para D. Maria Francisca Benedita.

<sup>34</sup> Aranda Huete, *La joyería en la Corte durante el reinado de Felipe V e Isabel de Farnesio*. Tese de doutoramento em história da arte (Universidad Complutense de Madrid, 2002), p. 51 e 55.

<sup>35</sup> Aranda Huete, “Las Joyas”, 31.

- A D. Maria Francisca Isabel (1734-1816), futura D. Maria I, legou um colar *esclavage* de brilhantes e umas *manillas* também de diamantes. A estas, juntou duas *piochas* (ou seja, peças de cabelo ou vestido) em forma de ramo com grandes pingentes de brilhantes em gota e um também grande par de brincos em girândola, tudo de diamantes<sup>36</sup>.
- D. Maria Francisca Doroteia (1739-1771) recebeu um laço para o corpete de diamantes e rubis, bem como um colar, um par de brincos, dois laços para mangas, dois anéis e uma *piocha* em forma de ramo com três flores e um laço. Todas as peças de rubis e diamantes<sup>37</sup>.
- A D. Maria Francisca Benedita (1746-1829), a mais nova, calhou um conjunto de safiras que era composto por uma devota<sup>38</sup>, um par de brincos a condizer, dois anéis cada um com uma safira quadrada rodeada de brilhantes, dois alfinetes para mangas e uma *piocha* com dois ramos com flores e safiras em gota<sup>39</sup>. É, pois, bastante plausível que os dois pingentes com safiras em talhe gota e encaixes de diamantes (fig.6) adquiridos, em 1830, por D. Isabel Maria à herança da tia D. Maria Francisca Benedita sejam provenientes desta série de joias com safiras herdadas de D. Maria Bárbara em 1761 – ou provenientes do desmanche do par de brincos, ou da *piocha* com dois ramos e safiras em gota.
- Propositadamente deixamos para o fim a descrição das joias legadas a D. Maria Ana Francisca Josefa (1736-1813). A esta infanta deixou D. Maria Bárbara “o laço de peito com esmeraldas e brilhantes”, «os brincos companheiros [do laço]», «a *piocha* grande de esmeraldas guarnecidas [de brilhantes]», a maior «amêndoa de esmeraldas» também guarnecida de brilhantes, os dois maiores anéis de uma esmeralda cada um e dois «lácitos» para «manillas»<sup>40</sup>. Excepcionalmente, a primeira das joias do legado de D. Maria Ana chegou aos nossos dias, conservando-se no MRT (fig.7). É, a todos os títulos, uma joia fora de série e uma das guarnições de corpete setecentistas mais opulentas que sobreviveram até à contemporaneidade.

---

<sup>36</sup> *Ibídem.*

<sup>37</sup> *Ibídem.*

<sup>38</sup> Devota – Joia constituída por um elemento superior horizontal, mais largo que a restante peça e que podia ser figurativo, representando um laço. Deste elemento pendia uma cruz, grega ou latina, nos braços da qual podiam, ou não, existir pingentes. Esta joia podia ser usada no corpo ou ao pescoço, presa a um colar ou fita têxtil. Na Península Ibérica o sucesso desta tipologia foi enorme, tendo o seu uso sido popularizado em várias camadas da população ainda durante o século XVIII, com a adaptação do modelo a peças realizadas em chapa ou filigrana de ouro, com ou sem aplicação de pedraria pouco dispendiosa (como pastas vítreas, minas-novas ou pequenos diamantes talhe rosa). A evolução formal da decoração do elemento superior, mais largo, e do pendente em forma de cruz, com especial enfoque na profusão decorativa entre os braços da cruz, estão na génese do, ainda hoje tradicional e muito popular, pendente/alfinete ‘laça’.

<sup>39</sup> Aranda Huete, “Las Joyas”, 31.

<sup>40</sup> Vasconcelos e Sousa, *A Joalheria*, 124 e 140.



Figura 5. Jean Ranc, *Retrato de Isabel de Farnésio, rainha de Espanha*, 1723. Óleo sobre tela. Museu do Prado, Madrid (P-2330). © Wikipedia



Figura 6. Dois pingentes com safiras em talhe gota (c. 50 e 60 quilates) e encaixes de diamantes. Espanha, meados do séc. XVIII. Palácio Nacional da Ajuda, inv. 4782/A e B. © Luísa Oliveira DGPC/ADF



Figura 7. Guarnição de corpete. Espanha, meados do século XVIII. Esmeraldas colombianas (c. 300 quilates), diamantes, prata e prata dourada. Palácio Nacional da Ajuda, inv. 4779. © Luísa Oliveira DGPC/ATL.

## 5. O LAÇO DE ESMERALDAS

Em 1783, D. Maria Ana (fig.8) fundou o mosteiro do Desagravo do Santíssimo Sacramento, ao Campo de Santa Clara, em Lisboa<sup>41</sup>. A vida desta infanta não se encontra profundamente estudada, sendo sobretudo conhecidos os planos para o seu casamento, nunca concretizado, primeiro com o rei Fernando VI de Espanha, depois da morte de D. Maria Bárbara, e depois da morte deste, com o seu irmão e sucessor, Carlos III (1716-1788), que ficou viúvo em 1760<sup>42</sup>. Por volta de 1808, nas vésperas da primeira invasão francesa a Portugal, preocupada com as verbas necessárias às obras e manutenção do mosteiro que fundara, a infanta teve um gesto paradigmático das mulheres da sua classe – liquidou uma das suas mais importantes joias, num episódio cuja memória foi registada décadas mais tarde<sup>43</sup>:

O cónego Manuel Venceslau entregou uma joia [...], por não saber a quem pertencia e somente lhe constar ter a joia referida um papel (que vai com a caixa da joia) escrito pelo padre José Eloÿ Vieira, em que tratava desta mesma joia, e por isso supõem ter sido da Sereníssima Senhora Infanta Dona Mariana, que Deus haja; e ter tido notícia [de] ser uma que mandara vender, com licença de Sua Majestade, para a fundação do Convento do Desagravo: a qual tinha ido a cargo do mesmo padre José Eloÿ em um cofre quando foi a jornada para o Rio de Janeiro; e quando ele, cónego declarante,

<sup>41</sup> <http://patrimoniocultural.cm-lisboa.pt/lxconventos/ficha.aspx?t=i&id=667>

<sup>42</sup> Paulo Drumond Braga. *Mariana Vitória de Bourbon: a rainha discreta* (Lisboa: Temas e Debates, 2018), 185.

<sup>43</sup> Episódio referido pela primeira vez em Godinho, *Tesouros Reais*, 44; e posteriormente em Gonçalo Vasconcelos e Sousa. “Guarnição de corpete” em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023).



tomou conta do tesouro da Patriarcal, que tinha a seu cargo o dito padre José Eloj, dera parte a S.M. que tinha achado aquela joia, e o mesmo senhor lhe ordenou [que] a conservasse guardada; e agora tendo declarado à Sereníssima Senhora Infanta Dona Isabel Maria, lhe ordenou a viesse declarar neste inventário: Um laço de peito com trinta esmeralda no laço, e uma dita muito grande, no meio, tudo guarnecido de brilhantes<sup>44</sup>.

[...] o laço de esmeraldas [...] apresentado pelo cónego Manuel Venceslau, o qual se achava com outras coisas pertencentes à Patriarcal, guardado pelo seu antecessor, o Pe. José Eloy, tesoureiro da mesma S.ta Igreja: a que também consta de um bilhete da letra do mesmo P.e José Eloy, e que se acha dentro da caixa da mesma joia, declarando que tinha sido da Sr.<sup>a</sup> Infanta D. Mariana, que a mandara vender por onze contos de reis para a fundação do Convento do Desagravo (a que instituiu herdeiro)<sup>45</sup>.



Figura 8. Anônimo, *Retrato da infanta D. Maria Ana Francisca Josefa*, 2ª metade do século XVIII. Óleo sobre tela. Coleção particular. © Cabral Moncada Leilões, Lisboa.

<sup>44</sup> ANTT, Gaveta 16, maço 3, nº74 - *Autos do Inventário e Partilha de D. João VI*, fl. 138.

<sup>45</sup> *Ibidem*, fl. 319.

Por estes dois relatos ficamos a saber que, para financiar o seu mosteiro, D. Maria Ana decidiu vender a joia mais valiosa que a tia, D. Maria Bárbara de Bragança, lhe legara. Neste caso, é interessante perceber como a infanta julgou estar informada do valor da sua peça, tendo sido a própria a estabelecer o valor da venda: «onze contos»<sup>46</sup>. Sublinhe-se também que, para tomar uma decisão destas, a infanta não era autónoma, tendo sido necessária «licença de Sua Majestade».

Foi apenas durante o processo de partilhas de D. João VI, em 1827, que a joia ressurgiu no universo da casa real, por ordem da então regente, D. Isabel Maria, que «ordenou [ao guarda-joias da patriarcal] a viesse declarar neste inventário»<sup>47</sup>. A peça configurava então um problema, uma vez que, nessa época, já não era possível apurar a sua propriedade, permanecendo a dúvida se, quando D. Maria Ana tomou a decisão de venda, fora D. João [VI] o comprador da joia e, no caso plausível de o ter sido, ficava por esclarecer se o tinha feito com dinheiro da Coroa (público), ou com o seu (particular). O esclarecimento desta dúvida era crucial para a decisão sobre o destino a dar à peça, pois se fora paga com dinheiro da Coroa, passava a pertencer aos bens da Coroa; se fora paga com dinheiro particular, entrava nos bens a partilhar pelos filhos. Sem respostas, a infanta D. Isabel Maria decidiu que a joia fosse guardada com as restantes preciosidades da Coroa, e assim permaneceu nos cofres da Coroa até ao fim da monarquia, tendo, depois da implantação da república, sido incorporada no património do Estado<sup>48</sup>.

Cravejada com esmeraldas de qualidade excecional, somando mais de 300 quilates, esta joia representa o que de melhor se produziu em Espanha nos meados do século XVIII<sup>49</sup>. O desenho do laço tira partido da esmeralda central de tamanho soberbo (47,91ct) e talhe hexagonal regular, certamente condicionado pelo cristal em bruto de onde foi lapidada<sup>50</sup>. De quatro dos lados do hexágono central parte uma das fitas que formam o laço, cujo centro é preenchido por uma fiada de grandes esmeraldas, brilhantemente lapidadas à medida de cada curva, sendo, por essa razão, várias delas lapidadas em forma trapezoidal irregular (fig.9).

---

<sup>46</sup> No final do século XVIII, 11 contos equivaliam a 1719 ‘peças’ de 6400 reis, ou seja, 24,6 kg de ouro, peso hoje equivalente a 1.231.484 euros (nota escrita em agosto de 2022, tendo o valor do grama de ouro sido arredondado a 50 euros).

<sup>47</sup> ANTT, *Autos do Inventário*[...], fl. 319.

<sup>48</sup> Na década de 1860, esta joia foi totalmente remodelada a mando da rainha D. Maria Pia de Sabóia (1847-1911), mulher do rei D. Luís. As gemas foram retiradas da armação e aproveitadas para a criação de uma *parure* romântica composta por diversas peças. Sobre este assunto veja-se João Júlio Rumsey Teixeira e Teresa Maranhas. “Os Diamantes são para sempre, as joias não: descrações e reconversões de joias da família real no séc. XIX” em *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX*, ed. Maria João Neto e Marize Malta (Lisboa: Caleidoscópico, 2020), 95-113. DOI 10.30618/9789896586836.

<sup>49</sup> Rui Galopim de Carvalho. “Sinopse do Estudo Gemológico” em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023).

<sup>50</sup> Na natureza, o berilo, designação do mineral que, na cor verde, se designa comumente por esmeralda, cristaliza no sistema hexagonal.



Figura 9. Pormenor da lapidação trapezoidal das esmeraldas cravejadas nas curvas mais acentuadas das laçadas da guarnição de corpete. © autor.

## 6. NOTAS SOBRE O DESTINO DE OUTRAS JOIAS DE D. MARIA BÁRBARA

Como acabámos de testemunhar, depois de integradas nos acervos de cada membro da família real, as antigas joias de D. Maria Bárbara serviram, durante décadas, diferentes propósitos, de entre os quais o adorno das pessoas reais foi apenas um, a par do ativo pecuniário que representavam, ou ainda da sua perfeita adequação com presente político-diplomático na esfera da relação entre as famílias reais ibéricas. Como exemplo desta última realidade basta ver como terão sido utilizadas duas destas joias em 1785, quando D. Maria e D. Pedro, então já reis de Portugal, concertaram com Carlos III (1716-1788), rei de Espanha, um novo casamento duplo de príncipes ibéricos, ou seja, uma repetição da *troca das princesas* de 1729. Segundo o acordo, o infante D. João de Portugal casava com a neta de Carlos III, D. Carlota Joaquina (1775-1830) e o infante D. Gabriel (1752-1788), filho terceiro do rei de Espanha, casava com a filha mais nova de D. Maria I, D. Mariana Vitória (1768-1788).

De entre as joias que o então rei de Portugal, D. Pedro III, apresentou à filha que partiu para Espanha constavam dez estrelas de brilhantes, avaliadas em quase dois contos<sup>51</sup>, e que deverão ter sido retiradas de um conjunto de quarenta e quatro estrelas

---

<sup>51</sup> ANTT, CR, cx. 3750, fl. 5v.

de brilhantes que constam no inventário de 1765, referente ao cofre de D. Pedro<sup>52</sup>. Se assim foi, vinte anos depois de inventariadas no quarto do príncipe do Brasil, regressaram a Madrid no enxoval de D. Mariana Vitória, agora infanta de Espanha. Com o mesmo simbolismo, entre as joias presenteadas por D. Pedro III a D. Carlota Joaquina na mesma ocasião, constava «uma árvore de grandes brilhantes com seus peros dos mesmos brilhantes», avaliada em 6,4 contos<sup>53</sup>, peça que evidencia corresponder à seguinte descrição do inventário de 1765: «um tronco de uma árvore com dez peros de brilhantes e um pássaro posto no dito ramo, com pero no bico e dez pingentes de diamantes cravados»<sup>54</sup>, por sua vez joia que, com toda a probabilidade, D. Pedro herdara em 1762 da sua irmã Bárbara, tia-avó da agora noiva do seu filho, D. Carlota Joaquina<sup>55</sup>.

Já compreendemos a forma como, depois da sua morte em 1786, o património de D. Pedro III foi dividido, bem como seguimos os destinos do quinhão recebido por uma das suas herdeiras, a princesa D. Maria Francisca Benedita. A prazo, depois da morte da rainha D. Maria I em 1816, toda a restante herança de D. Pedro III acabou incorporada no património D. João VI, à exceção das joias que o rei consorte tenha eventualmente alienado ou oferecido em vida. A primeira grande dispersão do conjunto aconteceu apenas depois da morte de D. João, em 1826, quando uma boa parte do património de joalheria deste rei foi dividida por cinco dos seus filhos<sup>56</sup>: o rei de Portugal e imperador do Brasil D. Pedro IV (I no Brasil) (1798-1834), a infanta-regente D. Isabel Maria (1801-1876), o rei de Portugal D. Miguel (1802-1866), a infanta D. Maria da Assunção (1805-1834) e a infanta D. Ana de Jesus Maria (1806-1857), mais tarde marquesa de Loulé pelo casamento. As vidas atribuladas de vários destes príncipes fazem presumir que, ainda em vida, alguns tenham alienado várias das joias que herdaram, entre as quais estariam peças da herança de D. Maria Bárbara.

A averiguação dos percursos subsequentes, e eventual identificação do paradeiro atual de algumas destas joias é um trabalho de grande envergadura que excede o âmbito deste artigo. Contudo, como vimos ao longo destas linhas, as joias da herança de D. Maria Bárbara, bem como o seu percurso até ao segundo quartel do século XIX, estão bem documentados, de forma que aquelas que ainda se mantiverem intactas poderão, depois de localizadas, juntar-se à lista das quatro agora apresentadas, que se conservam no Museu do Tesouro Real de Lisboa.

---

<sup>52</sup> «Joias que vieram de Espanha, as quais o Príncipe usa e se guardam no quarto da princesa: Uma caixa de lixa preta com trinta e seis estrelas de brilhantes, cada uma em sua casinha de papelão. Na mesma caixa, mais oito da mesma qualidade» (Braga e Braga, “As Joias”, 308).

<sup>53</sup> ANTT, CR, cx. 3750, fl.6.

<sup>54</sup> Braga e Braga, “As Joias”, 304 (nº4).

<sup>55</sup> Aranda Huete, Amelia. “Joyas hispano-lusas en la testamentaria de los infantes Gabriel de Borbón y Mariana Victoria de Braganza (1788-1789)”, em *Estudios de platería: San Eloy 2021*, ed. Jesús Rivas Carmona e Ignacio José García Zapata (2021), págs. 37-53

<sup>56</sup> Rumsey Teixeira, “Diamantes da Coroa Portuguesa”, 2023; e João Júlio Rumsey Teixeira e Teresa Maranhães, “Joias do Tesouro do Palácio Nacional da Ajuda”, em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023).



## 7. CONCLUSÃO

A decisão dos legados de D. Maria Bárbara não terá sido alheia ao contexto em que foi elaborado o seu testamento, a 24 março de 1756<sup>57</sup>, menos de cinco meses depois do terramoto que arrasou Lisboa, destruiu o palácio e o tesouro real português. Sem geração do casamento com Fernando VI, não é difícil supor que a rainha de Espanha pretendesse, com a distribuição do grosso das suas joias pela sua família portuguesa, ajudar na recuperação da opulência da corte onde nascera, crescera e onde dois dos seus irmãos reinariam.

Entre o final de 1761 e início de 1762, o acervo de joalheria da antiga rainha de Espanha chegou a Lisboa, enriquecendo os cofres de todos os membros da família real, com especial relevância o do seu irmão D. Pedro, príncipe do Brasil pelo casamento, em 1760, com a herdeira do trono D. Maria; futuros reis D. Maria I e D. Pedro III. Bárbara de Bragança sabia, por experiência própria, a importância que um bom dote tinha para uma infanta e a diferença que este poderia fazer na hora de selar um contrato matrimonial, talvez por isso tenha sido tão generosa com as suas quatro sobrinhas que, à data da redação das últimas vontades da rainha de Espanha, permaneciam todas solteiras.

Chegadas a Lisboa no momento certo, as joias da herança de D. Maria Bárbara vieram reforçar excepcionalmente o esforço de rápida reposição da opulência na corte dos Bragança, no mesmo momento em que Lisboa inundava Paris de encomendas fora-de-série, como a baixela *Germain*, ou a caixa de rapé forrada a diamantes de grande tamanho que D. José mandou fazer ao joalheiro de Luís XV (1710-1774), hoje expostas no Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda. Nesta década de 1760, mas igualmente por várias décadas subsequentes, o impacto da chegada das joias de D. Maria Bárbara na diversidade e riqueza dos acervos de joalheria da família real portuguesa foi de monta, como o comprovam os percursos, abordados neste artigo, das peças desta herança que, de forma absolutamente excepcional, chegaram aos nossos dias.

---

<sup>57</sup> Aranda Huete, “Jas Joyas”, 30.

## FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Arquivo da Casa Real (CR), caixa (cx). 5140: *Memória das Joias que vão para Portugal, segundo a ordem como foram inventariadas*.

Arquivo do Palácio Nacional da Ajuda (APNA), *Inventário de 1842-1844*.

ANTT, Gaveta 16, maço 3, n.º74 - *Autos do Inventário e Partilha de D. João VI*.

ANTT, CR, cx. 3750.

ANTT, Casa do Infantado (PT/TT/CI/D-E/002/1381/1) – Documentos vários da administração da quinta da Queluz.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, manuscritos, I-15, 1, 67 – *Inventário das Joias da Princesa N. Sr.ª feito em 14 de Janeiro de 1766*.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, manuscritos, 22, 3, 25 – *Inventário das Joias que S.A. que Deus guarde tem em uma caixa de ferro no seu quarto*.

## BIBLIOGRAFIA

Aranda Huete, Amelia. “Joyas hispano-lusas en la testamentaria de los infantes Gabriel de Borbón y Mariana Victoria de Braganza (1788-1789)”, em *Estudios de platería: San Eloy 2021*, ed. Jesús Rivas Carmona e Ignacio José García Zapata (2021), págs. 37-53

Aranda Huete, Amelia. “Las joyas de Fernando VI y Bárbara de Braganza”, em *Estudios de Platería. San Eloy 2006*, ed. Jesús Francisco Rivas Carmona (Universidad de Murcia, 2006), 21-44 DOI: 10.6018/editum.1367

Aranda Huete, Amelia. *La joyería en la Corte durante el reinado de Felipe V e Isabel de Farnesio*. Tese de doutoramento em história da arte (Universidad Complutense de Madrid, 2002). Disponível em: <https://eprints.ucm.es/id/eprint/2444/>

*As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. VI, (Gav. XVI-XVII, Maços 1-3). Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (C.E.H.U.), 1967.

*Boletim da Academia Nacional de Belas Artes (BANBA)– Documentos*, vol. V, (Lisboa: ANBA, 1948).

- Braga, Isabel M. Drumond e Braga, Paulo Drumond. “As jóias de D. Pedro e D. Maria, Príncipes do Brasil em 1765: cor, brilho e exotismo na Corte”, em *Rumos e Escrita da História: Estudos e Homenagem a A. A. Marques de Almeida*. (Lisboa: Colibri, 2006), 287-309.
- Braga, Paulo Drumond. *Mariana Vitória de Bourbon: a rainha discreta* (Lisboa: Temas e Debates, 2018).
- Carvalho, Rui Galopim de. “Sinopse do Estudo Gemológico” em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023).
- Godinho, Isabel Silveira (ed.). *Tesouros Reais* (Lisboa: IPPC, 1992).
- Guedes, Rui e Silva, Nuno Vassallo e. *Joalheria Portuguesa* (Lisboa: Bertrand, 1995).
- Lázaro, Alice. *O Testamento da Princesa do Brasil D. Maria Francisca Benedita (1746-1829)* (Lisboa: Tribuna da História, 2008).
- Maranhas, Teresa. “Diadema e colar de estrelas”, em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023).
- Mendonça, Isabel Mayer Godinho. “Os Pollet, uma Dinastia de joalheiros ao Serviço da Casa Real Portuguesa” em *Actas do III Colóquio Português de Ourivesaria*, ed. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa (Porto: Universidade Católica Editora, 2012), 75-112.
- Sousa, Gonçalo de Vasconcelos e. *A joalheria em Portugal 1750-1825* (Porto: Civilização, 1999).
- ., “Guarnição de corpete” em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023).
- Teixeira, João Júlio Rumsey e Maranhães, Teresa, “Joias do Tesouro do Palácio Nacional da Ajuda”, em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023).
- ., “Os Diamantes são para sempre, as joias não: descrações e reconversões de joias da família real no séc. XIX” em *Coleções de Arte em Portugal e Brasil nos séculos XIX e XX*, ed. Maria João Neto e Marize Malta (Lisboa: Caleidoscópio, 2020), 95-113. DOI 10.30618/9789896586836.
- João Júlio Rumsey Teixeira. “A consolidação do monopólio dos diamantes brasileiros como pilar da joalheria real portuguesa no período mariano”, em *Revista de História* (Universidade de São Paulo, no prelo).

- ., “Diamantes da Coroa Portuguesa: da *Reserva de Segredo* às Estrelas de D. Maria Pia”, em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023).
- ., “Pingentes de Safira”, em *Catálogo do Museu do Tesouro Real do Palácio Nacional da Ajuda*, ed. José Alberto Ribeiro (DGPC / INCM, 2023).
- ., “Safiras de Benedita?”, em *L+arte*, nº75, setembro de 2010 (Lisboa: Entusiasmo Media), 12.

Recibido: 16 de noviembre de 2022

Aceptado: 12 de mayo de 2023